

Por uma *ciência universal*: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940)

LETÍCIA PUMAR ALVES DE SOUZA*

Introdução

A pesquisa que venho desenvolvendo como tese de doutorado tem por objetivo refletir sobre a atuação de um grupo de intelectuais brasileiros nos debates sobre cooperação intelectual encaminhados após a Primeira Guerra Mundial no âmbito da Liga das Nações. Proponho analisar as concepções de *ciência* e de *cooperação intelectual* (*cooperação científica*) que permeavam as discussões dos brasileiros envolvidos no projeto de “coordenação universal da atividade intelectual”, levado a cabo pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, vinculado à Liga das Nações, durante as décadas de 1920 e 1940. Meu principal interesse consiste em realizar uma reflexão sobre como esses intelectuais entendiam e preconizavam a contribuição da ciência brasileira à chamada *ciência universal* e quais foram as estratégias de afirmação e de legitimação desse grupo nos cenários científicos nacional e internacional.

Para tanto, analiso o trabalho realizado por alguns destes intelectuais brasileiros, como Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Miguel Ozório Almeida, como presidentes da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (inicialmente chamada de Comissão Nacional), criada em 1923 na Academia Brasileira de Letras e transferida em 1937 para o Itamaraty. Essa Comissão, chamada por Roquette-Pinto de Comissão Brasileira, representava o Brasil nos debates internacionais sobre cooperação intelectual. Particular ênfase é conferida à atuação de Miguel Ozório como presidente da Comissão entre 1935 e 1946. Essa ênfase na ação do último presidente da Comissão se justifica pela sua trajetória como importante articulador de ações que estimulavam as trocas científicas entre o Brasil e a França, pelo seu grande engajamento no referido projeto de cooperação intelectual e também pelo próprio momento histórico vivido no país, marcado pela política centralizadora e nacionalista do Estado Novo, que conferiu novo

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz. Apoio financeiro: Capes.

status ao projeto da Comissão. Como mostrarei a diante, a partir do final da década de 1930 é possível perceber o crescimento do interesse do governo brasileiro pelas atividades da Comissão.

Acredito que acompanhar o envolvimento de intelectuais e cientistas brasileiros em um projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações pode levantar novas questões para enriquecer o debate historiográfico sobre a institucionalização das ciências no Brasil e sobre os processos de circulação de idéias científicas entre distintos países. Dessa forma, procuro compreender como a ciência realizada no Brasil era apresentada à comunidade científica internacional e, nas palavras de Miguel Ozório de Almeida, qual era a dita missão do intelectual brasileiro tanto para o crescimento do país, quanto para o desenvolvimento da ciência “universal” e a “evolução da humanidade”.

Para tanto, analiso a atuação dos cientistas em distintos espaços institucionais (no Brasil e no cenário internacional), dando especial atenção ao engajamento desses profissionais no debate intelectual mais amplo sobre a nação, sobre as questões relativas às políticas e relações internacionais do período e sobre a defesa da importância social da ciência, tanto no sentido de uma “ciência pura” ou “desinteressada”, destinada ao “avanço do conhecimento”, quanto na valorização de sua face “aplicada”, promotora de ações e programas concretos para o desenvolvimento social.

Um projeto de cooperação intelectual após a Primeira Guerra Mundial

Após a Primeira Guerra Mundial, a hegemonia europeia no encaminhamento das questões relativas às relações internacionais foi abalada, e países não europeus passaram a participar ativamente da política internacional, como foi o caso dos Estados Unidos. Segundo Eugenio Vargas Garcia, a Grande Guerra representou efetivamente “um ponto de inflexão na história das relações internacionais”(GARCIA, 2006: p.33) . A partir dos estudos desse autor, é possível perceber que esse novo momento das relações internacionais significou também uma grande transformação na política externa brasileira e na forma como o Brasil se projetou nesse novo cenário político internacional. A participação do país na Conferência de Paz de Paris, realizada em 1919, representou um grande marco dessa transformação. O Brasil enviou a Paris uma

delegação chefiada pelo futuro presidente Eptácio Pessoa e aderiu, como membro fundador, à recém-criada Liga das Nações (GARCIA, 2000).

A Liga das Nações ou Sociedade das Nações – organização internacional com sede em Genebra - foi criada em 1919, durante a Conferência de Paz, com o objetivo de evitar novos conflitos e garantir negociações pacíficas entre as nações. Essa organização internacional representou, segundo Celso Lafer, uma inovadora proposta para estruturar o funcionamento do sistema internacional, tendo sido a primeira tentativa de constitucionalizar o Direito Internacional (GARCIA, 2006: prefácio de Celso Lafer). A Liga possuía uma Secretaria Geral permanente e era composta de uma Assembléia Geral (formada por representantes de todos os países membros) e de um Conselho Executivo, principal órgão decisório, composto por membros permanentes (inicialmente, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão) e não-permanentes, que eram escolhidos pela Assembléia Geral.

Em sua adesão à Liga das Nações, o Brasil obteve um assento não permanente no Conselho. Entretanto, o governo brasileiro tinha planos mais ambiciosos para sua participação. Com o objetivo de elevar o prestígio do país no cenário internacional, o presidente Artur Bernardes (1922-1926) elegeu como meta principal da política externa de seu governo a conquista de um assento permanente no Conselho¹. No entanto, após longa crise diplomática que deixou clara a impossibilidade do país conseguir o tão cobiçado posto de membro permanente, o governo brasileiro renunciou ao assento temporário no Conselho da Liga das Nações em 1926.²

¹ Diante da adoção do *princípio do rodízio*, segundo o qual os países deveriam se revezar nos assentos temporários, a maior preocupação do governo brasileiro passou a ser sua manutenção no Conselho. Por essa razão, a opção do governo brasileiro foi tentar a todo custo conseguir o posto de membro permanente. (GARCIA, 2000).

² Em 1925, foram assinados diversos tratados conhecidos como Acordos de Locarno que simbolizaram a esperança de tempos de paz na Europa. Era um momento de fortalecimento da Liga das Nações, com a perspectiva de admissão da Alemanha no Conselho, o que deveria ocorrer em sessão extraordinária da Assembléia. Essa sessão ocorreu em 8 de março de 1926 e tinha como objetivo principal formalizar a admissão da Alemanha como membro permanente no Conselho da Liga. Assim como a Polônia e a Espanha, o Brasil procurava obter também um assento permanente. No entanto, a Alemanha rejeitava outras candidaturas que não a sua e ameaçava deixar Genebra se houvesse a ampliação do quadro permanente do Conselho. Diante da rejeição a sua candidatura, o governo brasileiro votou contra a entrada da Alemanha, o que impediu a admissão desse país na Liga, já que as decisões só podiam ser aprovadas por unanimidade. Após o veto e o fracasso de sua candidatura, os delegados brasileiros anunciaram a renúncia do Brasil ao seu assento temporário na reunião de 10 de junho de 1926. Sobre a retirada do Brasil do Conselho da Liga das Nações (COLLOR, 1926; GARCIA, 2000)

Ao contrário do que possa parecer, essa retirada do Brasil de Genebra não representou a extinção de todos os laços mantidos pelo país com esse organismo internacional. Em alguns órgãos técnicos da Liga, os brasileiros continuaram atuantes, como é o caso da participação de Carlos Chagas no Comitê de Saúde da Organização de Saúde da Liga das Nações. Chagas participou desse Comitê de 1923 até a sua morte em 1934 e esteve envolvido nas negociações para a criação do Centro Internacional de Leprologia, no Rio de Janeiro (WEINDLING, 2006; BOROWAY, 2009).

Outro exemplo da manutenção destes vínculos foi justamente o engajamento de pesquisadores brasileiros no projeto de cooperação intelectual estabelecido com a criação, em 1921, da Organização Internacional de Cooperação Intelectual (OICI) da Liga das Nações. Esse órgão constituía, ao lado das organizações de saúde (higiene), comunicação e trânsito, economia e finanças, um dos quatro grandes órgãos técnicos da Liga.³

Segundo os documentos oficiais, essa organização procurava “...desenvolver a colaboração dos povos nos domínios da inteligência, a fim de assegurar o bom entendimento internacional para a salvaguarda da paz”⁴ e era composta de uma Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI)⁵, um Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI)⁶ e 45 Comissões Nacionais.

A CICI foi criada em 1921 e a primeira reunião foi realizada em outubro de 1922, em Genebra. Seus membros eram escolhidos pelo Conselho da Liga das Nações e eram responsáveis por dirigir os trabalhos e controlar todas as atividades referentes ao projeto de cooperação intelectual. Os trabalhos da Comissão foram marcados pela grande influência da França e, por essa razão, pela desconfiança da Grã-Bretanha (DUMONT, 2008).

³ Arquivo Histórico do Itamaraty. Referência: 135/5/5. A organização internacional da Cooperação Intelectual. Pasta: Divisão Cultural – Informações e Relatórios – 1934-1944.

⁴ AHI. Op.cit.

⁵ Em francês, Commission Internationale de Coopération Intellectuelle (CICI). Em inglês, International Committee on Intellectual Co-operation (ICIC).

⁶ Em francês, Institut International de Coopération Intellectuelle (IICI). Em inglês, International Institute of Intellectual Co-operation (IIIC).

A proposta de criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual foi feita em 1924 pela França e o Instituto foi inaugurado em 1926, em Paris. A criação do Instituto oferecia à CICI (que tinha, inicialmente, um caráter consultivo e provisório) a possibilidade de executar de forma eficiente e duradoura as atividades que levariam ao sucesso da obra de cooperação intelectual. Apesar de ter sido criado para levar a cabo esse projeto formulado no âmbito da Liga das Nações, o Instituto possuía certa autonomia, pois funcionava com recursos próprios. O IICI contava com a colaboração financeira do governo francês e de alguns dos governos que possuíam delegados nacionais em seus quadros funcionais (como era o caso do Brasil).⁷

A obra de cooperação intelectual apresentava um duplo aspecto: um de *estudo* e outro de *ação*. Assim, a organização tinha como missão *estudar para agir*, ou seja, o conjunto de documentos, informações e idéias que ela reunia ao longo dos trabalhos de suas subcomissões fazia parte do “patrimônio espiritual da humanidade” e tinha como finalidade servir a objetivos concretos e precisos “como a construção de uma verdadeira solidariedade entre as nações”.⁸

Procurava-se, portanto, desenvolver uma consciência internacional e pacifista, que deveria se opor às rivalidades e aos nacionalismos exacerbados do período do entre – guerras (RENOLIET, 1999). O programa de trabalho executado pela Comissão Internacional estava relacionado às seguintes temáticas: a) Estudo científico das relações internacionais b) Colaboração internacional das universidades e dos estabelecimentos de ensino c) Divulgação de obras literárias (como a realização da coleção iberoamericana que incluía em seu acervo traduções para o francês dos livros *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, *O Mulato*, de Aluizio de Azevedo, e de uma coletânea de textos de Joaquim Nabuco) d) Cooperação entre bibliotecas e arquivos: o objetivo era facilitar e incentivar a cooperação entre bibliotecas, arquivos e museus e

⁷ Em 1929, apenas cinco países latino-americanos contribuíam financeiramente com o Instituto: Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Venezuela. Além disso, somente o Brasil, Bolívia, Cuba e Salvador possuíam até aquele momento suas Comissões Nacionais. Vale ressaltar também que, nesse mesmo ano, foi criada a Oficina de Cooperação Intelectual da União Pan-americana. Esse organismo representava um projeto de cooperação regional sob influência dos Estados- Unidos, tornando-se uma ameaça ao projeto de cooperação universal do IICI e à influência dos países europeus na América Latina. (RENOLIET, 1999; DUMONT, 2008)

⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty. A organização internacional da Cooperação Intelectual. Pasta: Divisão Cultural – Informações e Relatórios – 1934-1944. Referência: 135/5/5.

realizar um guia internacional de documentação e) Colaboração intelectual no campo das ciências humanas: o objetivo era desenvolver ações para promover a proteção dos patrimônios históricos e artísticos (um dos projetos desenvolvidos previa a revisão dos manuais escolares de história e geografia para que fossem retiradas certas passagens que poderiam incitar rivalidades entre os povos) f) Colaboração científica no campo das ciências exatas e naturais: o objetivo era incentivar a colaboração internacional entre museus científicos, a organização de expedições científicas e a regulação das terminologias científicas. Além disso, o IICI realizava conferências de especialistas e publicava o Boletim das Relações Científicas Internacionais (Tentou-se criar um Centro de internacional de Documentação e de Difusão Científica, mas mesmo tendo o financiamento da Rockefeller, o projeto não pode ser realizado pelo início da Segunda Guerra Mundial).⁹

Como é possível perceber, esse projeto de cooperação intelectual expressava a grande confiança depositada na ciência e na educação como elementos importantes para a reconfiguração das relações internacionais no pós-guerra.

A Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual

A Comissão Nacional Brasileira foi instituída em 1923, logo após a resolução formulada pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual que estabelecia o papel das Comissões Nacionais. A CBN passou a funcionar em 1925 na Academia Brasileira de Letras, tendo, entre seus membros fundadores, os acadêmicos Aloysio de Castro¹⁰ e Afrânio Peixoto¹¹. A Comissão tinha sob sua responsabilidade coletar

⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty. A organização internacional da Cooperação Intelectual. Pasta: Divisão Cultural – Informações e Relatórios – 1934-1944. Referência: 135/5/5.

¹⁰ Aloysio de Castro (1881- 1959), filho do renomado catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Francisco de Castro, foi diretor do Instituto Sanitário Federal (1894-1897) e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1915 -1925). Em novembro de 1917, foi eleito para a Cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Oswaldo Cruz. Foi membro também da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações (1922-1930) e diretor geral do Departamento Nacional de Ensino (1927-1932). Ver: ALOYSIO DE CASTRO. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 01 de nov. 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

¹¹ Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) foi professor titular da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desde 1916. Em 1910, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente em 1923. Participou da criação da Comissão Nacional Brasileira vinculada à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e incentivou a tradução para o francês de obras de escritores brasileiros, como o livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, tendo escrito o seu prefácio. ver:

informações necessárias para responder aos questionários do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual sobre o cenário cultural e científico brasileiro e coordenar os projetos referentes às atividades de cooperação intelectual no Brasil.

Como a Comissão tinha sido fundada por iniciativa privada, o Ministério das Relações Exteriores não tinha ingerência sobre seu funcionamento. No entanto, uma das funções da Comissão era informar o andamento de suas atividades ao governo brasileiro. A situação de independência não permaneceu por muito tempo e progressivamente a Comissão aproximou-se do Ministério das Relações Exteriores.

Em 1937, sob a presidência do cientista Miguel Ozório de Almeida¹², a organização foi reformada e nomeada Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (CBCI), passando a ter sua sede no Itamaraty. No mesmo ano, foi criado o Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, que marcou o desenvolvimento de uma *diplomacia cultural* no governo de Getúlio Vargas (DUMONT, 2008; DUMONT, J; FLECHET, 2009).

A partir desse momento, o governo brasileiro passou a ter grande influência na Comissão e a nomear membros para participar de suas atividades. Como pode ser visto na carta de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, enviada, em 1937, ao Ministro das Relações Exteriores, Mario Pimentel Brandão:

A nova organização do Ministério da Educação e Saúde, abrindo outros campos á atividade intelectual do país, estendeu a ação do Departamento Nacional de Educação a todos os setores onde se processe um trabalho visando os mesmos objetivos.

AFRÂNIO PEIXOTO. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Acesso em 01 de Nov. de 2010. Online. Disponível em: <http://www.academia.org.br/imortais/cads/7/peixoto.htm>

¹² Miguel Ozório de Almeida (1890-1953) doutorou-se em 1911 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O fisiologista inicialmente realizou suas pesquisas, com seu irmão Álvaro Ozorio de Almeida, em um laboratório instalado no porão da residência de seus pais, no bairro do Flamengo. No Instituto Oswaldo Cruz, onde ingressou como assistente em 1919, foi uma das grandes lideranças das pesquisas na área de fisiologia, tendo assumido a direção do laboratório de fisiologia, entre 1927 e 1934. Participou de diversas sociedades científicas, como a Academia Brasileira de Ciências, da qual se tornou membro efetivo em 01/05/1917. Foi presidente da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual de 1935 até 1946 e membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual de 1939 até 1946. Ver: MIGUEL OZORIO DE ALMEIDA. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 01 de nov. 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

*Não existindo, atualmente, na Comissão de Cooperação Intelectual de Paris, um representante deste Ministério, submeto á consideração de Vossa Excelencia a oportunidade de nossa contribuição nesse órgão destinado a promover o intercambio cultural do Brasil e cooperar para o desenvolvimento de nossa produção intelectual.*¹³

Por meio da análise dos documentos lidos até o momento, já é possível entrever conflitos e alianças entre alguns membros da Comissão e o Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, que procurava ampliar a atuação de quadros do governo nas atividades da Comissão.¹⁴

Tal período coincide com a presidência de Miguel Ozório de Almeida na Comissão, que foi marcada por sua defesa do caráter universal e pacificador da ciência e do papel da cooperação intelectual para o desenvolvimento científico e cultural do Brasil.

A leitura de conferências e artigos de Almeida, conhecido pela importância que conferia à divulgação científica no país, levanta muitas questões para análise.¹⁵ A preocupação de Miguel Ozório de Almeida em promover a obra de cooperação intelectual pode ser notada em sua conferência “Solidariedade internacional – missão do intelectual brasileiro”, realizada no Itamaraty sob os auspícios da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual:

¹³ Arquivo Histórico do Itamaraty. Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual. Carta do Ministro Capanema ao Ministro Relações Exteriores, Mario Pimentel Brandão no 22 de Abril de 1937 . Referência: 542.6 – 16.142.

¹⁴ Em 1937, a Comissão tinha 44 membros, dos quais 12 a título representativo das seguintes instituições: Presidente da Academia Brasileira de Letras; Chefe do Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados; Presidente da Academia Nacional de Medicina; Presidente do PEN Club do Brasil; Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Presidente da Academia de Ciências; Presidente do Conselho Nacional de Educação; Reitor da Universidade do Brasil; Delegado do Departamento Nacional de Educação; Delegado do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Ver: Arquivo Histórico do Itamaraty. Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual. Referência: 542.6 – 16.142

¹⁵ Sobre a atuação de Miguel Ozório de Almeida como divulgador da ciência no Brasil Ver: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Miguel Ozorio de Almeida e a vulgarização do saber. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, n. 2, pp. 501-513, ago. 2004; MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 7, n. 3, pp. 627-651, fev. 2001.

Nos domínios científicos, parece-me assim, ser o único caminho a seguir em nosso paiz é o da larga e bem compreendida colaboração internacional, recebendo e abrigando tanto quanto possível a contribuição alienígena e offerecendo, despida de vaidades e competições a nossa cooperação. Não tenhamos receio de repetir: a sciencia, para o seu progresso, depende da qualidade de alguns indivíduos criadores, mas em seu conjunto é trabalho colectivo e universal, e não é com o desejo de isolamento que se poderá colaborar em trabalhos de tal natureza.
(ALMEIDA, 1939: p.940)

Na conferência, Almeida faz algumas ressalvas à idéia de “ciência nacional”. Segundo o cientista, existiriam vocações coletivas e tradições de pesquisa específicas de determinado países. Entretanto, o desenvolvimento da ciência deveria ser, acima de tudo, um trabalho que ultrapassasse fronteiras nacionais e abrangesse toda a comunidade científica internacional.

Como os conhecimentos científicos seriam universais, no domínio científico seria necessária a colaboração internacional. Portanto, o pesquisador não vacilava em afirmar, opondo-se aos que, segundo ele, defendiam a auto-suficiência e a autonomia da ciência brasileira: “a sciencia no Brasil, como em qualquer outro paiz, mesmo dos mais adiantados, não poderia isolar-se sob pena de soffrer decadência rápida e fatal.”
(ALMEIDA, 1939: p.940)

Como já foi demonstrado pela historiografia que se debruça sobre as relações entre Brasil e França, Miguel Osório de Almeida foi um importante articulador das relações científicas entre esses dois países (PETITJEAN, 1996; SUPPO, 2000; SÁ e VIANA, 2010). Em outro texto, no qual defendia a criação de uma “fundação franco-brasileira” para o financiamento de pesquisas conjuntas de longa duração entre os dois países, Almeida afirmava a importância do desenvolvimento da chamada “ciência pura”. O pesquisador sublinhava que, apesar do cientista brasileiro ter que lidar com problemas locais, era seu dever maior colaborar para as grandes questões científicas universais:

A tarefa dos pesquisadores brasileiros é grande e nos seus aspectos gerais corresponde ao trabalho dos intelectuais de qualquer outro país. Por um lado, existem problemas locais, questões de toda a natureza, geográficas, geológicas, químicas, físicas, biológicas, médicas e higiênicas, que são

*impostas pelas condições de clima e por outras condições de um grande país tropical onde a civilização se desenvolve seguindo diretrizes bastante particulares. Por outro lado, existe a pesquisa científica pura e desinteressada à qual se devotam numerosos pesquisadores brasileiros e de outros países do mundo. É direito e também dever dos pesquisadores brasileiros colaborar com as grandes questões científicas.*¹⁶

(ALMEIDA, 1937: p.4)

Segundo o pesquisador, para a elaboração de teorias gerais e universais, eram imprescindíveis as trocas científicas entre os países:

*No domínio das pesquisas biológicas, observamos com freqüência um pesquisador brasileiro interromper seu trabalho sem poder dar o nível de generalidade necessária às suas conclusões, porque ele não pode verificá-las com os animais habitualmente utilizados nos laboratórios europeus, mas que não existem no Brasil. Por outro lado, durante nossas viagens pela Europa encontramos freqüentemente pesquisadores europeus que teriam necessidade de fazer experiências no Brasil com animais e plantas que não resistiriam a viagem e que não existem na Europa.*¹⁷ (ALMEIDA, 1937: p.4)

Na argumentação de Miguel Ozório de Almeida é possível perceber a tentativa de defender os benefícios advindos da cooperação científica tanto para o Brasil quanto para os países europeus. Assim, o Brasil não teria apenas “demandas” em relação à ciência desenvolvida nos países “mais desenvolvidos”, mas poderia oferecer

¹⁶ *La tâche des savants brésiliens est lourde et, dans ses aspects généraux, semblable à celle des savants de n'importe quel autre pays. Il y a d'un côté des problèmes locaux, des questions de toute nature, géographique, géologiques, chimiques, physiques, biologiques, médicales et hygiéniques, imposés par les conditions de climat et les autres conditions d'un grand pays tropical où la civilisation se développe suivant des lignes assez particulières. Il y a, d'autre part, la recherche scientifique pure et désintéressée à laquelle se vouent nombre de savants brésiliens comme de savants du monde entier. (...) C'est le droit et même le devoir des savants brésiliens de collaborer aux grandes questions scientifiques.* [tradução livre] (grifos meus)

¹⁷ *“Dans le domaine des recherches biologiques on voit souvent un savant brésilien s'interrompre, sans pouvoir donner à ses conclusions le degré de généralité nécessaire parce qu'il ne peut pas les vérifier sur des animaux courants dans les laboratoires européens, mais qui n'existent pas au Brésil. D'autre part, nous avons, dans nos voyages successifs en Europe, souvent rencontré des savants européens qui auraient besoin de faire des expériences au Brésil, sur des animaux ou des plantes qui ne peuvent pas résister au voyage et qui ne se trouvent pas en Europe.”* [tradução livre].

contribuições inovadoras para o avanço do conhecimento científico em nível internacional. A cooperação entre os países era defendida como uma atividade indispensável para o desenvolvimento de questões científicas universais.

Além disso, o pesquisador faz questão de frisar que tanto os cientistas brasileiros quanto os de outros países tinham que lidar com problemas locais - determinados por questões sociais, climáticas e culturais -, mas todos deviam contribuir para o *progresso intelectual universal*.

A posição de Miguel Ozório remonta ao debate relativo à criação da Sociedade Brasileira de Ciências em 1916 (denominada Academia Brasileira de Ciências em fins de 1921), quando se buscou valorizar a “ciência pura” e “desinteressada” – em contraponto a uma concepção que preconizava sobretudo os aspectos de aplicação da ciência – e o desenvolvimento de pesquisas científicas de caráter “universal” no país.¹⁸

Desde as primeiras décadas do século XX, a legitimação do papel social do cientista se dava por meio da capacidade desse profissional de oferecer respostas aos problemas sociais concretos do país. O *ethos* positivista propagava a crença na capacidade da ciência em dar soluções efetivas para os problemas brasileiros, alavancando o progresso material e cultural do país (FERREIRA, 2008). Esse sentido “pragmático” da ciência foi um dos pilares da própria instituição na qual Miguel Osório de Almeida desenvolveu sua carreira de pesquisador, o Instituto Oswaldo Cruz, criado em 1900 para fabricar soro e vacina contra uma epidemia de peste bubônica. Contudo, conforme Nancy Stepan, os esforços em criar condições para uma ciência que associava seus objetivos “aplicados” à perspectiva de contribuir ativamente para o avanço do conhecimento, em sintonia com a agenda científica internacional, foram decisivos para a sobrevivência do instituto e para a importância que este teria como marco no processo de institucionalização da ciência brasileira (STEPAN, 1976).

Na década de 1930, especialmente, com os debates em torno da implantação do modelo universitário – cujos marcos foram a criação da Universidade de São Paulo, em

¹⁸ Sobre o debate entre “ciência pura” versus “ciência aplicada” por ocasião da criação da Sociedade Brasileira de Ciências, ver: FERREIRA, Luiz Otávio. “O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil.” In: Lima, N. Sá, D (Org). *Antropologia brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 87-98; ALVES, José Jerônimo de Alencar. ‘As ciências na Academia e as expectativas de progresso e modernização: Brasil-1916-1929. In: Dantes, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935 –, é possível perceber um novo impulso ao movimento de afirmação da legitimidade da ciência como atividade comprometida especialmente com o avanço do conhecimento. Defendia-se que a universidade seria o espaço privilegiado para impulsionar a investigação científica e a cultura no país (PAIM, 1982).

Esse debate iria conferir novos sentidos às relações entre ciência e sociedade, indicando transformações nas estratégias de afirmação e legitimação da ciência e proporcionando novas reflexões sobre o papel social do cientista. A qualidade da ciência feita no país e a utilidade do trabalho do cientista brasileiro não estariam vinculadas apenas ao engajamento dos cientistas na solução de problemas concretos da nação, mas seria reforçado por sua inserção numa agenda de pesquisa internacional para o avanço do conhecimento.

Considerações finais

Acredito que a atenção conferida à cooperação intelectual foi um fator importante desse debate em torno do valor social da ciência no país e dos novos sentidos e espaços institucionais pelos quais se buscou legitimar essa atividade. Assim, encaro os organismos de cooperação internacional como novos espaços institucionais para se discutir a questão da afirmação e legitimação do papel do cientista no país.

Como afirmam Crawford, Shinn e Sörlin¹⁹, apesar do *ethos* universalista propagado pelos cientistas, a ciência é uma atividade enquadrada nas fronteiras dos Estados Nacionais. Segundo esses autores, a chamada ciência internacional deveria ser entendida como uma prática social determinada pela relação estabelecida entre pesquisadores de diferentes nações em contextos históricos específicos²⁰. Dessa forma, compreende-se que o universalismo científico, não corresponderia a uma característica intrínseca à atividade científica, mas seria um valor compartilhado por grupos de

¹⁹ CRAWFORD, Elisabeth; SHINN, Terry; SÖRLIN, Sverker . “The nationalization and desnationalization of the sciences: an introductory essay”. In: CRAWFORD; SHINN; SÖRLIN (Ed). *Denationalizing science: the contexts of international scientific practice*. Dordrecht: Kluwer. 1993.

²⁰ CRAWFORD, Elisabeth; SHINN, Terry; SÖRLIN, Sverker . op. Cit.

cientistas que procuram agir no sentido da colaboração internacional em determinados contextos históricos.²¹ Portanto, compreendo a utilização dessa retórica universalista e internacionalista pelos cientistas brasileiros como uma estratégia para a defesa de sua participação nesse processo de consolidação de uma ciência internacional.

Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Ozorio de. “Homens e coisas de ciência”. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925.

_____. “Solidariedade internacional – missão do intelectual brasileiro”, conferência no Itamaraty sob os auspícios da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, Rio de Janeiro, Mensário do Jornal do Comércio, tomo VI, vol. III, junho de 1939.

_____. “La collaboration scientifique entre la France et le Brésil”, *Cahiers de politique étrangère*, Paris, Institut des Études Américains, 1937.

_____. Rapport sur l'histoire scientifique et culturelle de l'Humanité. 1949.

BOROWY, Iris. *Coming to Terms With World Health: The League of Nations Health Organisation 1921-1946*. Frankfurt: Peter Lang, 2009.

COLLOR, Lindolfo. *O Brasil e a Liga das Nações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926

CRAWFORD, Elisabeth; SHINN, Terry; SÖRLIN, Sverker (Ed). *Denationalizing science: the contexts of international scientific practice*. Dordrecht: Kluwer. 1993.

DANTES, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001.

DUMONT, J; FLECHET, A. Pelo que é nosso! Naissance et développements de La diplomatie culturelle brésilienne au XXe siècle, *Relations internationales*, 2009/1, no 137, p. 61-75.

DUMONT, Juliette. *L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris. Collection “Crysalides”, n. 4, éditions de l'HEAL (Institut des Hautes études de l'Amérique latine), 2008.

FERREIRA, Luiz Otávio. “O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil”. In: Nisia Trindade Lima & Dominichi Miranda Sá. (Org.). *Antropologia brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. , p. 87-98.

²¹ Paulo de Góes Filho e Francisco Barreto Araújo fazem uma interessante análise da atuação de Paulo Carneiro e Carlos Chagas Filho na UNESCO e das estratégias desses pesquisadores para a superação das dicotomias nacional x internacional e particular x universal. A expressão “uma ciência nacional de padrão internacional”, cunhada por Chagas Filho, demonstrariam essa tentativa de conciliar os valores universais com os interesses nacionais. Ver: GÓES FILHO, Paulo de; ARAÚJO, Francisco Barreto. Noções de ciência internacional e nacional: as trajetórias de Paulo Carneiro e Carlos Chagas Filho, In: Maio, Marcos Chor (Org.) *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2004.

- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil In: *Asclepio*.vol. 2, 1998, pp.107-123;
- FONSECA, Maria Rachel Fróes da; MAIO, Marcos Chor. Miguel Ozório de Almeida e o projeto de uma história científica e cultural da humanidade. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.459-468, mai./ago.2004.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Funag, 2006.
- GARCIA, Eugenio Vargas. *O Brasil e a liga das nações: vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/ Fundação Alexandre Gusmão, 2000.
- GÓES FILHO, Paulo de; ARAÚJO, Francisco Barreto. Noções de ciência internacional e nacional: as trajetórias de Paulo Carneiro e Carlos Chagas Filho, In: Maio, Marcos Chor (Org.) *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2004.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: 2000.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- MAIA, Carlos Alvarez. 'A domesticação da história das ciências pelo sistema das ciências'. In: Soares, L. C.(org.) *Da Revolução científica à big (business) science: Cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia*. São Paulo: Hucitec; Niterói: ed.UFF, 2001.
- MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Miguel Ozorio de Almeida e a vulgarização do saber. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Aug. pp. 501-513, 2004.
- PAIM, A. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: Schwartzman, S. *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.pp17-96;
- PETITJEAN, Patrick. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: Hambúrguer, Amélia et al. (Org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EdUsp. p.25-39. 1996.
- PETITJEAN, Patrick. Le Département des Sciences naturelles de l'UNESCO et les scientifiques latino-américains à la fin des années 1940. In: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 4, n. 3, p. 437-452, set.- dez. 2009.
- RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006.
- SÁ, Magali Romero et al . Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Mar. 2009.
- SÁ, Magali Romero, VIANA, Larissa Moreira. *La science médicale entre La France et le Brésil: stratégies d' échange scientifique dans la période de l' entre-deux guerres*. Cahiers des amériques latines, n. 65, 2010/3, pp. 123-142.

SCHWARTZMAN, Simon / BOMENY, Helena Maria Bousquet / COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: 1984.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro, Artenova, 1976.

SUPPO, Hugo R.; LESSA, Mônica Leite. “O estudo da dimensão cultural nas reações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas”. In: Lessa, M. e GOLÇALVES, W. da S. (org.) *História das Relações internacionais. Teoria e processos*.

SUPPO, Hugo. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. *Revista de História*, São Paulo, v.142-143, p.309-345. 2000.

WEINDLING, Paul. As origens da participação da América Latina na Organização de Saúde da Liga das Nações, 1920 a 1940. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, pp. 555-570, Sept. 2006 .